

## 1.

### INTRODUÇÃO:

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes é um fenômeno construído historicamente que ainda se mantém presente na sociedade e nas políticas públicas em geral. São diversos os impasses presentes neste contexto: dificuldades em realizar o acompanhamento familiar; separação de irmãos; profissionais reduzidos e de pouco preparo; excessiva transferência de crianças; longo tempo de permanência na instituição; articulação insuficiente ou ausente com a rede. Embora todas sejam questões de grande relevância, dentre elas chama a atenção, pela sua urgência e complexidade, a situação dos adolescentes que vivem na instituição de acolhimento até atingirem a idade adulta.

Ao contrário do que determina o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, BRASIL), o acolhimento institucional nem sempre se dá de forma passageira e transitória. Crianças e adolescentes ainda costumam permanecer nesses locais por um tempo bem mais prolongado que os dois anos previstos em lei. Isso porque este ainda é um dos principais recursos utilizados como tentativa de proteção de crianças em situação de vulnerabilidade social, perpetuando a prática de seu afastamento familiar. Assim, o que deveria ser um espaço de passagem transforma-se, para alguns, em moradia e território de referência para o cotidiano e para a construção de suas identidades.

No entanto, a legislação (ECA, BRASIL, 1990) também prevê que, ao completarem 18 anos, aqueles que estão acolhidos devem ser desligados das instituições. À medida que o tempo passa, diminuem as possibilidades de retorno e recuperação dos vínculos familiares ou de adoção, enquanto cresce a certeza, para o adolescente, que seu destino será sair da instituição no tempo limite estipulado por lei, com reduzidos vínculos familiares e comunitários.

Sem um trabalho adequado de preparação para o momento posterior ao acolhimento, o que se configura é uma proteção também incerta que não proporciona segurança alguma em relação ao futuro: serão indivíduos “incluídos” de modo perverso na sociedade, com alto risco de retornarem à condição de desamparo social anterior – condição esta que, justamente, motivou o afastamento da família.

Será preciso enfrentar a vida adulta muito mais cedo que a maioria dos adolescentes de sua geração, lidando com responsabilidades e demandas para as quais nem sempre estão preparados. Para assumir esse lugar de adulto diante do mundo, é importante contar com uma base de suportes afetivos e materiais aos quais, em sua maioria, não têm acesso. A saída do abrigo, que ao longo de suas estadias lhes ofereceu algum cuidado e proteção, ainda que precários, apresenta-se como uma nova ruptura de vínculos, reforçando as experiências anteriores de descontinuidade. É um período de transição tanto pelo desligamento institucional quanto pelas características da própria adolescência. Ambos os momentos são fontes de angústia, o que se intensifica pela simultaneidade das mudanças que cada experiência provoca.

Cada um desses adolescentes possui sua história singular, mas eles têm em comum trajetórias marcadas pelo abandono, desamparo, ruptura dos vínculos afetivos, descontinuidade de referências, violência, marginalidade, precariedade social e, muitas vezes, a miséria. E, em função desse contexto, foram institucionalizados.

O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência em projetos de acompanhamento de adolescentes institucionalizados. Todos estavam prestes a completar 18 anos e, portanto, seriam desligados dos serviços. O objetivo da intervenção era auxiliá-los no processo de saída, acolhendo e trabalhando suas angústias, receios e histórias de vida, a fim de promover a mobilização de recursos para enfrentar os novos contextos com os quais iriam se deparar.

Com intuito de melhor preparação para realizar o acompanhamento na época, procurou-se estudar mais a fundo o tema por meio da bibliografia disponível sobre esta questão específica dentro do tema acolhimento institucional, e foi possível constatar o quanto esta era escassa. São comuns discussões sobre a criança abrigada e as possibilidades e dificuldades em seu desenvolvimento, sobre o processo de adoção e suas diversas configurações, sobre as dificuldades da reinserção familiar, sobre o contexto que motivou o acolhimento, entre outros, mas pouco se discute sobre o desacolhimento por maioridade.

O “Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País”, realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP, 2013), constatou que esta é uma preocupação que tem ganhado espaço relevante nas ações

promovidas pelas entidades. Os resultados das inspeções realizadas pelo CNPM mostram que o desligamento gradativo já é promovido em mais de 80% das entidades em todo o país, o que aponta um avanço bastante positivo para a questão. Além disso, os modelos atuais de acolhimento têm ações voltadas para a profissionalização em cerca de 60% das entidades inspecionadas. Deste modo, é com a profissionalização e, portanto, com o acesso a elementos materiais, a principal preocupação e objetivo dos trabalhos realizados.

Sem minimizar a imperiosa necessidade de promover tais recursos, é preciso lembrar que a construção de vínculos afetivos, de referências simbólicas e identitárias e do sentimento de pertencimento também se apresentam como necessários para a inserção na sociedade. São pontos de apoio subjetivos que possibilitam a construção de sentidos sobre si e suas histórias, assim como a articulação de experiências passadas com a vivência presente e expectativas futuras.

Verificamos a relevância de levantar algumas questões sobre as marcas deixadas nos adolescentes que se encontram atravessando esse processo e, a partir disso, levando em consideração as condições das entidades e a falta de recursos (financeiros, humanos e mesmo comunitários e da rede), propor possibilidades de trabalho que promovam recursos subjetivos, afetivos e simbólicos para que as trajetórias futuras possam ser construídas para além da mera sobrevivência física e da inserção precária em sociedade. Com isso, espera-se que eles possam criar sentidos sobre o momento vivido e suas experiências passadas, de modo a se sentirem mais preparados para enfrentar a vida fora da instituição.

Iniciamos o presente estudo localizando brevemente a construção histórica e social do acolhimento institucional no Brasil e suas políticas atuais. Também procuramos traçar um panorama sobre a conjuntura familiar e socioeconômica que integra o perfil da criança e do adolescente acolhido.

No segundo capítulo são abordadas as possibilidades de cuidado e de subjetivação dentro de um abrigo institucional ou de casa-lar, não incluindo os adolescentes inseridos no sistema de acolhimento familiar. Foram valorizados os vínculos existentes entre as crianças, os adolescentes e os funcionários, e com o lugar em si, que a princípio é físico, mas abriga significações diversas. São relações que podem se constituir como referencial subjetivo e afetivo, e se contrapõem às possíveis inseguranças mobilizadas pela experiência de atravessar a adolescência fora do ambiente doméstico e familiar. Foram trabalhadas questões como: a

importância do ambiente para a construção da subjetividade; o potencial da instituição enquanto facilitadora do desenvolvimento, de exercício das funções de cuidado e o que o lugar representa para os adolescentes que nele habitam. Também foram apontados os diversos obstáculos presentes, como conflitos e rupturas dentro da própria instituição e quais os recursos para contorná-los.

No terceiro capítulo são abordadas questões acerca dos adolescentes diante da condição de vulnerabilidade social e os meios de que a instituição dispõe para protegê-los. Portanto, discute-se a importância da profissionalização e o sentimento de marginalidade que permeia suas histórias de modo geral. Utilizamos o referencial winnicottiano para compreender as particularidades dessa fase e as angústias provocadas pela entrada na vida adulta.

Por último, destacam-se os principais afetos mobilizados no processo de desinstitucionalização. Partindo do pressuposto de que essa passagem implica mais um rompimento de vínculo, reatualizando questões antigas e não elaboradas e mobilizando angústias em função do desconhecido que se apresenta, procurou-se levantar propostas de trabalho que auxiliem o adolescente a atravessar esse momento, elaborando o que foi vivenciado e realizando o luto por mais uma ruptura. Finalmente, é abordada a importância de narrar a própria história como recurso para se apropriar dela e, com isso, poder reconstruí-la para além da vida na instituição.